

ENCAMINHAMENTOS DO II ENCONTRO NACIONAL DE CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E I ENCONTRO NACIONAL DE SALAS VERDES

Realizado durante os dias 18, 19 e 20 de maio de 2005 no Centro de Educação Ambiental da Companhia Siderúrgica de Tubarão em Serra/ES, o encontro reuniu representantes de Centros de Educação Ambiental e Salas Verdes de 14 estados, dentre eles, Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. O evento foi organizado pela Rede CEAs e o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a CST e a Prefeitura Municipal de Vitória.

O Encontro possibilitou discussões sobre os seguintes temas: Projeto Político Pedagógico e formação de educadores ambientais voltados a CEAs e Salas Verdes; metodologia e planejamento de CEAs; recomendação CONAMA para CEAs; conceito de Redes; facilitação da Rede CEAs; diagnóstico, perspectivas e sustentabilidade das Salas Verdes.

Como resultados deste evento surgiram alguns encaminhamentos deliberados na plenária final:

- 1.** Interação e articulação da Rede CEAs e a lista de discussão de salas verdes;
- 2.** Foi formado um grupo para propulsionar um projeto de formação e capacitação de educadores técnicos gestores de CEAs e Salas Verdes:
 - Ilona Grünewald da GTZ ;
 - José Alberto Schweitzer da empresa Vega do Sul, que se propôs a patrocinar um primeiro projeto piloto em São Francisco do Sul;
 - Déborah Munhoz, que pretende uma parceria junto à iniciativa privada para atender CEAs de empresas;
 - Patrícia Mousinho, que propôs a integração com o esforço da REBEA na formação de facilitadores;
 - Fernanda (UFMT), que se comprometeu a articular lista de e-mails entre esse grupo.
- 3.** Foi formado um grupo para pensar a realização e posterior publicação de uma coletânea das experiências regionais realizadas pelos CEAs:
 - Laura (CBMM/ARAXÁ);
 - Ana Cristina – Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves;
 - Déborah Munhoz – FIEMG.
- 4.** A Secretaria Executiva da OCA se comprometeu a disponibilizar materiais/informações em um boletim da Rede CEAs, como instrumento de circulação de informações;
- 5.** Foi formado um grupo para iniciar a discussão sobre cursos de gestão para CEAs e Salas Verdes:
 - iniciativa privada = Déborah Munhoz/FIEMG;
 - setor público = Ana Luiza/MMA;
 - ONG = sem voluntário
- 6.** Mariana (MMA) e Alexandre Falcão (OCA/ESALQ/USP) disponibilizarão um link para Salas Verdes no site da Rede CEAs
- 7.** A Secretaria Executiva da Rede CEAs, com sede na OCA/ESALQ/USP, comprometeu-se a convidar os participantes do II ENCEA e I ENSV a integrarem a lista de discussão da Rede CEAs. Iniciará também a elaboração do *acordo de convivência* para os membros da lista, acordo este que será construído de forma coletiva.
- 8.** Quanto aos próximos Encontros, foi deliberado que os CEAs e Salas Verdes se reunirão em

eventos de Educação Ambiental, em espaços ainda a serem definidos, possivelmente com a apresentação de *workshops*. Um evento importante para a discussão de temas referentes aos CEAs e Salas Verdes seria o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental (Joinville, SC, abril de 2006). O III Encontro Nacional de CEAs e II Encontro Nacional de Salas Verdes será realizado durante o VI Fórum de Educação Ambiental (Rio de Janeiro, RJ, 2007); A CST sinalizou parceria para o próximo encontro nacional junto ao VI Fórum.

9. Sobre a Recomendação CONAMA o grupo deliberou a favor da continuidade da construção da Recomendação via Câmara Técnica de EA do CONAMA, considerando que a partir dela pode-se, futuramente, avançar na construção de uma proposta de Resolução para CEAs.

SISTEMATIZAÇÃO DO GT SOBRE FACILITAÇÃO DA REDE CEAs

Alexandre Falcão- OCA/ESALQ/USP; Deise Leonovich Costa – OCA/ESALQ/USP; Christina Cancela Rettondini - OCA/ESALQ/USP

Inicialmente, foram apresentados o histórico da formação da Rede CEAs e os objetivos da Rede. Dentro da discussão, foi exposta a experiência da Rede CEAs como uma rede induzida pela Universidade e as dificuldades inerentes a este processo que se iniciou *de fora para dentro* dos CEAs.

Foram levantadas as seguintes questões a serem discutidas pelos participantes da Rede:

- Aperfeiçoamento da comunicação entre os CEAs, inclusive para a viabilização de trabalhos em comum;
- Sustentabilidade da Rede CEAs;
- O papel dos facilitadores da Rede CEAs;
- Apoio às iniciativas existentes e estímulo a novas;
- Fomento a políticas públicas relacionadas à CEAs;
- Fortalecimento e aprofundamento conceitual;
- A necessidade de Promoção de encontros presenciais e virtuais;
- Papel da Rede CEAs junto a outras redes de EA.

Dando continuidade ao GT, como muitos dos participantes estavam iniciando no movimento das redes, a discussão encaminhou-se para o aprofundamento da compreensão deste tema. Foram apresentados dois livros que tratam do assunto, quais sejam: *Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização* (WWF, 2003), disponível para download em http://www.wwf.org.br/publicacoes/download/livro_ea_redes/index.htm e *Networking* de Andrea Debre, como sugestões de leitura.

Foi destacado que as redes crescem com as novas conexões: cada nó traz outras conexões/contatos e que redes sofrem naturalmente fluxos e refluxos. Argumentando-se inclusive, que grande parte das redes regionais de EA sofreram recentemente um refluxo devido ao fim de recursos, particularmente o financiamento do FNMA.

Também foi observado que as redes não têm “dono”, elas pertencem à sociedade civil. Ao mesmo tempo, pessoas que vieram de redes podem vir a ocupar cargos em órgãos públicos e continuarem a se relacionar com as redes, porém é preciso garantir autonomia das redes em relação aos órgãos públicos.

Foi reforçada a importância dos encontros presenciais para aumentar a qualidade das trocas e remotivar as pessoas.

Em seguida iniciou-se a discussão do tema Facilitação da Rede CEAs.

Vários participantes contribuíram para o debate, trazendo visões que convergiram para uma definição de facilitação como sendo a habilidade em juntar pessoas, em mobilizar. Neste sentido **todos** os participantes de uma rede devem se enxergar como potenciais facilitadores.

Deborah Munhoz fez um relato pessoal de quem foi primeiro enxergada como facilitadora pelas outras pessoas antes mesmo de se perceber como facilitadora.

Ela trouxe para o debate a oposição “fazer acontecer” X “esperar acontecer”, destacando que o facilitador é aquele que faz acontecer. Ressaltou ainda que para o trabalho em rede é necessário não ter medo de errar.

Nas falas do GT, foi enfatizada a importância de manter a Rede CEAs viva/em movimento. Foi feito um convite para os participantes do GT que quisessem e pudessem participar da Rede CEAs, na e para além da lista de discussão, atuando inclusive como facilitadores, desempenhando o papel de “lançar” temas pertinentes para o grupo de discussão da Rede CEAs na Internet.

Por fim, devido ao fato de termos ultrapassado o horário disponível ao GT, um pequeno grupo de pessoas que já atuavam como facilitadores da Rede CEAs e outras que manifestaram a intenção de atuar, continuaram discutindo temas relativos à Secretaria Operacional da Rede e a gestão da Rede.

Foram tiradas as seguintes diretrizes de trabalho:

A moderação na lista de discussão continuaria sem filtro;

- Orientação para os Moderadores discutirem eventuais problemas ocorridos com mensagens fora de contexto através de mensagens individuais. Quando se tratar de desvio temático, por exemplo, indicar outras listas que discutam o assunto em questão;
- A importância de acordos de convivência para o desenvolvimento das redes, e a proposta para a Secretaria Operacional provocar o debate para elaboração do acordo de convivência da Rede CEAs;
- A possibilidade de criação de um boletim semanal ou mensal, sintetizando as discussões do período na lista da Rede CEAs;
- A Possibilidade deste boletim ser divulgado através da REBEA;
- O Compromisso da Secretaria Operacional da Rede CEAs de convidar participantes do Encontro a integrarem a lista de discussão da Rede CEAs, bem como de iniciar a elaboração do acordo de convivência.

SISTEMATIZAÇÃO DA OFICINA SOBRE REDES E FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS

Jacqueline Guerreiro – NEADIST/REARJ/REBEA; Déborah Munhoz - FIEMG/RMEA/REBEA/REDE CEAs; Patrícia Mousinho - ECOMARAPENDI/REBEA

INTRODUÇÃO

Considerando as expectativas do público presente e a demanda por participação nas duas oficinas, as facilitadoras responsáveis por ambas julgaram adequado apresentar aos inscritos a alternativa de fusão das atividades, como forma de enriquecer o trabalho coletivo. Aceita a proposta, passou-se a conduzir uma só oficina, uma vez que a oficina de Formação de Educador@s Ambientais já envolveria a temática de Redes.

A oficina de Formação de Educador@s Ambientais e Redes, pois, teve como foco suscitar

debates e reflexões sobre o perfil dos educadores ambientais que atuam em CEAs, revelando os entraves e demandas existentes e buscando identificar caminhos e perspectivas para atendê-los. Os princípios da organização e da dinâmica de redes estiveram subjacentes a toda a reflexão.

DESENVOLVIMENTO

1. Foi feita uma rodada inicial de apresentação dos participantes, em que informaram seu nome e o CEA em que atuavam, constatando-se que todos os presentes tinham vinculação com algum CEA ou Sala Verde, implantados ou em fase de implantação.

2. Na seqüência, para introduzir o tema, foram apresentadas as possíveis finalidades de um CEA, de acordo com o Diagnóstico de Centros de Educação Ambiental no Brasil (Deboni, Fábio – publicado em outubro de 2004 pela DEA/MMA):

- Estimular processos de reflexão crítica sobre os problemas ambientais atuais e a revisão de valores;
- Disponibilizar informações;
- Promover ações de caráter formativo;
- Desenvolver atividades interpretativas e de sensibilização, e de contato com a natureza;
- Delinear e implementar projetos, consultorias, eventos diversos;
- Realizar articulação com entidades e pessoas para potencializar ações comunitárias locais (politicamente/ideologicamente);
- Constituir-se em espaço de lazer e ócio e/ou de realização de atividades lúdicas e culturais;
- Desenvolver projetos de pesquisa e de produção de conhecimento.

Todos os participantes declararam se sentir identificados, no que se refere aos CEAs a que estavam vinculados, com pelo menos uma das finalidades listadas.

3. Tomando como ponto de partida o conjunto de finalidades apresentado, iniciou-se uma reflexão sobre o perfil do educador ambiental que atua (ou virá a atuar) em CEAs.

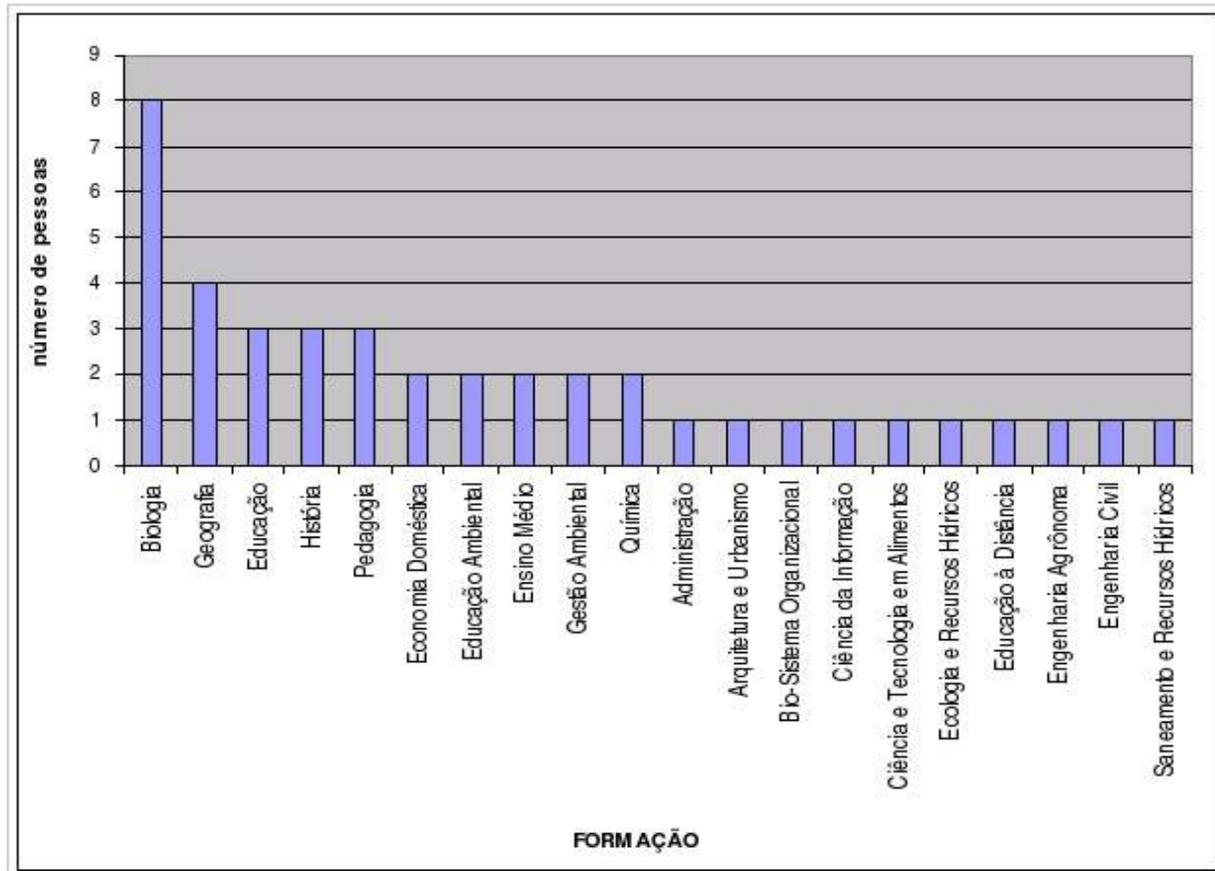
4. Na seqüência, foi feito um exercício de levantamento das experiências dos educadores ambientais presentes, de visualização das realidades de cada CEA ali representado.

Este breve diagnóstico teve como roteiro:

- Quem sou eu? Formação, experiências, responsabilidades.
- Quem somos nós (equipe): formação, experiências, responsabilidades
- Somos equipes? Como?
- Somos autônomos? De que forma?
- Como nos fortalecer?

5. Os dados obtidos através das experiências relatadas foram sistematizados, revelando o seguinte perfil para a amostra de educadores e CEAs presentes na Oficina:

A) FORMAÇÃO



Questões identificadas e discutidas a partir desses dados:

- Diversidade na formação das pessoas que atuam nos CEAs, confirmando o panorama identificado no diagnóstico nacional.
- Campo de conhecimento predominante: Ciências Naturais; segundo campo: Educação.

Reflexão:

- Os rumos político-pedagógicos dos CEAs se articulam prioritariamente com esses campos?

B) EXPERIÊNCIAS / RESPONSABILIDADES

- planejamento;
- trilhas interpretativas;
- atividades lúdicas;
- organização de eventos;
- administração;
- financeiro;
- informática;
- atividades com escolas e comunidades;
- visitas monitoradas;
- gerência;
- coordenação pedagógica;
- supervisão;
- pesquisa;
- comunicação;
- facilitação da rede;
- formação;
- implantação de tecnologias sustentáveis;
- elaboração de projeto pedagógico;
- sensibilização;
- produção de conhecimento (escrito);
- monitoria ambiental;
- assessoria a projetos;
- produção material instrucional;

Questões identificadas e discutidas a partir desses dados:

- Múltiplas responsabilidades/funções – praticamente todos os participantes executam múltiplas tarefas, havendo comumente sobreposição de funções entre os membros das equipes.
- A maioria não participa/participou da elaboração do PPP.
- Há grande dificuldade no atendimento às demandas.

Reflexão:

Há necessidade de:

- capacitação para atuar em CEAs
- elaboração coletiva do PPP
- recursos melhor distribuídos e gerenciados
- planejamento estratégico

C) NÚMERO DE PESSOAS NA EQUIPE:

- O número variou de 1 a 14, tendo acompanhado a média nacional de 4 a 7 membros na equipe do CEA.

Questões identificadas e discutidas a partir desses dados:

- O aumento das demandas não é acompanhado por um aumento do número das pessoas nas equipes.
- O acúmulo de responsabilidades/funções e sobreposição de funções levam a um trabalho não otimizado.

Reflexão:

- Inexistência de políticas públicas para as CEAs.
- As parcerias entre CEAs de empresas e CEAs de ONGs podem ser interessantes, na medida em que os primeiros poderiam compartilhar seus conhecimentos de gestão, incluindo a gestão de recursos financeiros.
- É preciso investir na capacitação das equipes dos CEAs.
- Os CEAs precisam estar atentos ao planejamento – seu modelo de gestão deve ser mais bem estruturado, articulando PPP, demandas, recursos.

6. Principais pontos levantados sobre atuação e conceito de redes:

- Uma rede é composta por elos que se aglutinam por compartilharem objetivos comuns;
- Existe uma mobilidade natural de elos que entram e saem ao longo do tempo e do espaço;
- Uma rede não tem don@; Todos os elos gozam de autonomia;
- Uma pessoa que mais aparece na internet não é o dono da lista de discussão;
- Uma lista de discussão da internet não deve ser confundida com uma rede, embora seja um bom instrumento de comunicação entre os integrantes de uma rede;
- Redes são formadas por seres humanos e como tal, estão expostas a todos os tipos de conflitos humanos. Assim como existem pessoas agregadoras e desagregadoras em uma rede, existem conflitos construtivos e não construtivos dentro de uma rede. Isso pode ser explicitado nas listas de discussão pela internet;
- Os conflitos destrutivos e respostas violentas inibem a participação de elos mais novos;
- Pessoas que atuam de formas diferentes podem compartilhar objetivos comuns. O fato de duas ou mais pessoas não concordarem sobre algum assunto não implicam nelas se tornarem rivais;
- Nas listas de discussão pela internet, muitas vezes são observados conflitos não construtivos. Tais conflitos devem ser administrados de forma pacífica. Diante de uma provocação não construtiva, pode-se fazer a pergunta: Vale a pena em envolver na discussão? Haverá alguma contribuição significativa? A participação na internet possibilita um tempo maior de reação e reflexão.
- Uma rede aberta discute temas diversos enquanto uma rede temática tem um foco específico. A rede CEAs constitui um exemplo de rede temática. Na lista de discussão da internet devem circular

prioritariamente mensagens focadas no interesse do grupo de centros de educação ambiental.

- Uma rede não concorre com outra rede, mas coexistem.
- A lista de discussão pode ser usada para compartilhar experiências e bibliografias.
- Os encontros presenciais são fundamentais para aquecer as relações entre os membros de uma rede.

OBSERVAÇÃO

Embora a temática não fizesse parte da pauta da Oficina, a discussão sobre a Resolução CONAMA ocupou espaço de destaque durante as atividades. Foi consenso que se levasse à organização do II ENCEAs a preocupação de que a Resolução apenas sistematize as diretrizes mínimas para os CEAs, de modo a garantir e incentivar a diversidade existente, evitando qualquer engessamento ou categorização que possa acarretar processos de exclusão.

SISTEMATIZAÇÃO DA OFICINA SOBRE METODOLOGIA E PLANEJAMENTO PARA CEAs

Marcos Sant 'Anna Lacerda - Instituto Terrazul; Iлона Grünewald - Cooperação Técnica Alemã, GTZ

INTRODUÇÃO

A oficina “Metodologia e Planejamento para CEAs” teve como escopo estimular a discussão, junto aos representantes de Centros de Educação Ambiental, sobre a necessidade e a importância de utilização de instrumentos de planejamento e de metodologia de gerenciamento de projetos aplicados à estruturação dos Centros. Instrumentos e ferramentas esses que auxiliam a definição da missão dos centros (concepção), definição de objetivos, identificação de atividades, formação de equipe, dentre outros itens também importantes, que colaboram para boa gestão e para o alcance dos resultados esperados pelos mesmos Centros.

A oficina foi estruturada com base na experiência e implementação de 02 (dois) projetos desenvolvidos através da parceria Instituto Terrazul e GTZ e que ajudaram para a formação do Centro de Capacitação Ambiental Terrazul.

A oficina contou com a participação de 35 representantes de Centros de Educação Ambiental, tanto da iniciativa do Poder Público como da iniciativa privada e do Terceiro Setor.

ESTRUTURA E DINÂMICA

A oficina buscou oportunizar aos participantes o debate e a reflexão sobre as diferentes fases ou etapas de formação de um CEA, tornando-se um espaço de socialização e troca de experiências entre seus representantes.

A oficina foi dividida em 03(três) momentos distintos, sendo o primeiro aquele que possibilitou conhecer os participantes e as maiores dificuldades sentidas pelos mesmos na formação e manutenção de seus CEAs.

Neste momento, foi possível registrar falas importantes que ajudaram a condução das outras duas etapas da oficina: a identificação da falta de projetos político-pedagógicos e a sua documentação escrita; a constante troca dos técnicos responsáveis pela condução dos CEAs (formação de equipes e parcerias) e a falta de clareza dos resultados a serem alcançados. Estas avaliações demonstraram, aos próprios participantes, o pouco uso de ferramentas gerenciais que evitem ou, pelo menos, auxiliem a redução dos riscos (por exemplo, o “desvio” nos caminhos) que todo projeto de desenvolvimento apresenta, seja na concepção e principalmente na sua implementação.

No segundo momento, buscou-se conhecer a experiência vivenciada pelo Instituto Terrazul e os ganhos obtidos institucionalmente com os instrumentos gerenciais aplicados nos projetos de parceria com a GTZ. A experiência relatou a implementação dos dois projetos desenvolvidos com jovens moradores de comunidades de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro. Neste momento foi possível perceber claramente a falta de objetividade e de visão dos resultados a serem alcançados pela instituição até a utilização e aplicação dos referidos instrumentos. Foram apresentadas também as etapas de formação do Centro de Capacitação Ambiental Terrazul.

A partir da visão do “Ciclo de Projeto” foi possível apresentar o Quadro Lógico, a WBS e o Plano de Milestone e demais instrumentos gerenciais que apóiam a concepção, o planejamento e a implementação de projetos de desenvolvimento. O passo-a-passo apresentado na publicação “Metodologia de Educação Ambiental Não-Formal para Jovens” foi utilizado como referência para alimentar o debate e a condução desta fase da oficina.

Após o encerramento, os participantes reuniram-se com o objetivo de elaborar sugestões ou encaminhamentos para a plenária para contribuir com os novos passos a serem tomados pela Rede CEAs.

PONTOS LEVANTADOS

1) Necessidade de Capacitação:

- Estruturação de CEAs e Salas Verdes;
- Elaboração de projetos a serem desenvolvidos pelos CEAs e Salas Verdes;
- Formação/ qualificação de profissionais e/ou equipe técnica de CEAs e Salas Verdes;

Juntamente com os temas apresentados surgiram sugestões de realização de cursos. São elas:

- Cursos presenciais: capacitações regionais aproximando os CEAs e Salas Verdes (por regiões do país: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste, sul);
- Cursos à distância através da rede CEAs;

2) Produção de material didático básico de apoio ao desenvolvimento e implementação de projetos pelos CEAs (temas água, clima, florestas, biodiversidade etc.);

3) Produção de material de informação e/ou divulgação das ações de cada Centro e Sala Verde – “Coletânea de experiências”; sugestão: “apropriar-se mais das redes existentes”

4) Apoio a maior visibilidade dos CEAs e Salas Verdes nas regiões de atuação por via de parcerias e “criação de marca” do MMA.

SISTEMATIZAÇÃO DO GT SOBRE SALAS VERDES- DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS E GT SOBRE RESOLUÇÃO CONAMA

Fábio Deboni – MEC/MMA; Mariana Dourado – MMA; Ana Luiza Figueiredo – MMA;

Em virtude do número pequeno de inscritos no GT sobre Resolução CONAMA optou-se por levar a discussão ao GT de Salas Verdes.

O trabalho iniciou-se com a apresentação, por parte do representante do Órgão Gestor (MMA/MEC), Fábio Deboni, das resoluções do CONAMA, seu processo de construção e avaliação junto ao Conselho Jurídico do Ministério do Meio Ambiente. Diante da impossibilidade do MMA gerir as atividades de controle, avaliação e acompanhamento da proposta de Resolução apresentada para CEAs, o Conselho Jurídico sugeriu a publicação de uma Recomendação. Contudo o CONAMA levantou a possibilidade de uma Recomendação se tornar inócua ou ineficiente, por não ter força de lei, podendo ou não ser aplicada. As possibilidades apresentadas foram: dar continuidade ao processo de construção de uma Recomendação ou caminhar no sentido de criar uma normatização dentro da Rede CEAs. A decisão sobre esse assunto foi encaminhada à plenária final do Encontro.

O representante da ONG Onda Verde, Hélio Vanderlei Coelho Filho, argumentou que não é necessário haver pressa no sentido de criar uma normatização, pois já existe uma norma mínima. O que não exclui a busca de um padrão, que deve necessariamente respeitar as características dos CEAs e de suas regiões de atuação, sem atropelos.

José Alberto Schweitzer - Vega do Sul - comentou as falhas das resoluções do Conama no aspecto jurídico, já que não têm força de lei, ou seja, são apenas normas. Argumentou ainda que, neste momento, o mais importante seria a discussão **do que** os CEAs querem ser.

Maria José Holanda, representante da Sala Verde da SEMACE/CE, questionou a composição da Câmara Técnica do Conama por não contemplar todas as regiões do Brasil.

Em seguida, iniciou-se o debate sobre Salas Verdes.

Mariana Dourado, representante do MMA, fez uma explanação sobre o histórico do **Projeto Sala Verde**. Ressaltou a importância do I Encontro Nacional das Salas Verdes como uma oportunidade de construção coletiva e consolidação do Projeto. Destacou ainda a dificuldade do MMA em possibilitar o diálogo entre as Salas Verdes de todo país, já que muitas não têm recursos para participar de encontros como esse. Mencionou Salas Verdes que desenvolvem excelentes projetos e Salas Verdes que estão desativadas. Explicou o projeto de Enraizamento da Educação Ambiental do MMA e como os técnicos que trabalham neste projeto têm acompanhado o funcionamento das Salas Verdes em todos os estados. Acre, Maranhão, Piauí, Paraíba, Bahia e Minas Gerais já foram visitados. As salas visitadas que não estiverem funcionando terão uma oportunidade de se adequar ou serão, num segundo momento, convidadas a fazer o repasse do material já enviado. Mariana explicou que o repasse constante dos resultados atingidos pelas Salas Verdes é importante para que tenham respaldo junto ao MMA para solicitar recursos visando ao aprimoramento do Projeto.

Quando questionada sobre a adesão de novos municípios ao Projeto, Mariana relatou sobre as quase 300 propostas que foram recebidas no último edital (01/2005), das quais serão selecionadas aproximadamente 50, para a criação de novas Salas Verdes. Lembrou que novo edital está previsto para agosto/2005. Alertou sobre a importância que será dada à qualidade dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) na análise dos processos.

O Grupo questionou qual o tempo estipulado para serem feitas as visitas após a aprovação da proposta da Sala Verde. Mariana respondeu que não há um prazo pré-determinado, as visitas estão condicionadas à disponibilidade de tempo dos técnicos da Diretoria de Educação Ambiental do MMA.

Mariana disse que muitas vezes a expectativa das pessoas ao mandarem seus projetos é baixa, por não visualizarem a finalidade maior desse Projeto. Ressaltou ainda que não é preciso sempre **criar** Salas Verdes, é possível **inserir** uma Sala Verde em projetos já existentes.

Sobre a comunicação entre as salas, foi explicado que o *site* do projeto não é do MMA, o *site* é das Salas Verdes. Foi hospedado em um domínio de serviço gratuito para possibilitar que aos poucos as Salas se organizem para geri-lo. Outro ponto destacado foi a importância da divulgação das atividades das Salas Verdes nos Boletins Eletrônicos, que são disponibilizados a cada dois meses.

Nilda Reis, representante da Sala Verde da Caixa Econômica de Goiânia, comentou que as comunicações por e-mail não estão chegando em Goiânia e que possivelmente estariam sendo encaminhadas para a área de gestão em Brasília. Perguntou como está a situação de outras Salas Verdes da Caixa Econômica Federal, se compartilham a dificuldade em desenvolver atividades que contemplem como público-alvo não apenas os funcionários das agências.

Mariana colocou a necessidade de todos atualizarem seus cadastros para garantir a continuidade da comunicação e acompanharem as novidades do Projeto através do *site*.

Márcia Guerra, representante da Sala Verde da Caixa Econômica do Acre, disse que as Salas Verdes da Caixa Econômica Federal no seu estado estão mais estruturadas, envolvidas com projetos, com organizações comunitárias e com educação sanitária. As Salas têm boa capilaridade, exceto em um único município do Acre. Relatou também uma experiência pessoal: ela costuma dispor de parte do acervo, em seguida monta uma mini Sala Verde itinerante e leva para os eventos municipais e estaduais, onde fala do projeto e disponibiliza materiais.

Mariana lembrou que o Projeto Sala Verde na Caixa Econômica Federal é uma parceria com características específicas, e que entrará em contato com a gestão responsável pela parceria na Caixa em Brasília para discutir as possibilidades de ampliar a atuação das Salas Verdes instaladas nas agências.

Sobre as Salas Verdes itinerantes, Mariana lembrou que o Edital 01/2005 contempla também estas propostas, que podem atender de forma mais eficiente Municípios onde a população está distribuída em vilas ou distritos, ou garantir que a população de todos os bairros de um município estejam envolvidos nas atividades das Salas Verdes.

Márcia Guerra afirmou que, para a Caixa Econômica Federal no Acre, o número de materiais recebidos ficou aquém do esperado e que a própria Caixa adquiriu mais livros para montar o acervo.

Mariana explicou que existe um processo de compra de publicações em andamento no MMA e sobre a constante busca de doações para o Projeto. Lembrou que a quantidade de livros disponibilizada em cada remessa estava prevista no Termo de Compromisso que foi enviado a todas as Salas, e que embora para instituições bem estruturadas, como é o caso da Caixa Econômica, a quantidade pareça insuficiente, para outras Salas, em vários municípios, o material recebido é o único referencial para a consulta bibliográfica. Destacou ainda que o objetivo maior do Projeto não é montar bibliotecas especializadas, mas proporcionar a construção de espaços abertos à socialização do conhecimento, à participação social, à conscientização e à integração das comunidades a partir da Educação Ambiental, e que os livros devem constituir subsídios nesse processo. Todas as Salas Verdes que compõem o Projeto estão convidadas a colaborar, disponibilizando e compartilhando recursos. Salas Verdes instaladas em Universidades, por exemplo, têm muito a oferecer: publicações, oportunidades de formação, espaço para eventos. Parcerias significariam não apenas a disponibilização de materiais, mas também de recursos humanos.

Ana Santos, representante da Sala Verde de Paulo Afonso, relatou que a Sala Verde de Paulo Afonso funciona dentro de uma biblioteca municipal. Comentou também que enviou notícias sobre as atividades desenvolvidas pela Sala para o Boletim. Salientou que o Projeto idealizado pela equipe da

Sala Verde de Paulo Afonso contemplava várias frentes, e não apenas a manutenção de um acervo bibliográfico. Porém com a mudança de gestão na prefeitura, o novo Secretário de Educação vê a Sala Verde como apenas uma biblioteca convencional.

Mariana afirmou que problemas com a troca de gestão municipal são bastante comuns, e que devem ser comunicados para que a equipe do Ministério possa entrar em contato com as prefeituras, esclarecendo a natureza e a importância do Projeto, visando evitar que Salas Verdes sejam desativadas ou que não alcancem suas potencialidades.

Denise Lima, técnica do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Iema) comentou que está buscando no Encontro subsídios para que possa contribuir na elaboração de uma proposta do IEMA para a constituição de uma Sala Verde e que ainda não tem clareza de como funciona o dia-a-dia de uma Sala Verde. Assim, ressaltou a importância de ouvir os relatos sobre experiências em curso.

Um representante de Sala Verde salientou a importância do PPP na elaboração do Curso Multiplicadores em EA, que envolve professores, agentes de saúde e lideranças comunitárias. Os participantes deste curso utilizam as Salas Verdes para assistirem vídeos educativos. Uma outra iniciativa que tem apresentado bons resultados é uma biblioteca itinerante. Ambas as iniciativas foram previstas no PPP.

Outro representante ressaltou que o projeto Sala Verde está acontecendo independente do repasse de material do MMA, mas que a parceria firmada entre o Ministério e as instituições imprime força política ao Projeto. Embora tenha avaliado que a quantidade enviada de material seja ainda pequena, reconhece que para diversos municípios, muitas vezes, o material enviado é a única alternativa existente. A Sala Verde que está representando possui um acervo bastante completo, o que permite inclusive que a Sala repasse, com frequência, materiais para outros municípios.

Valéria Marques, representante da Sala Verde Darcy Ribeiro, falou sobre a oficialização da parceria solicitada pelo MMA (Termo de Compromisso), e como o Termo garantiu a implantação da proposta política pedagógica pela Secretaria Municipal de Educação (espaço dos professores, receba o verde na sua classe, doação de editoras) .O contato formal, oficial com o MMA favoreceu a consolidação do Projeto.

Rosi , bibliotecária escolar, fez uma exposição sobre a função das bibliotecas, função que vai além da guarda de livros, devendo constituir um espaço de sociabilização em processo dinâmico.

O representante do Município de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre, relatou que o Município não possuía nenhum material de apoio para iniciar um trabalho com a comunidade, que é muito carente. A Sala Verde foi importante, pois deu credibilidade ao que já estava sendo feito e como desdobramento foi criado um núcleo de educação ambiental. O Projeto está crescendo e os participantes estão muito satisfeitos com os resultados alcançados.

Silvana Vitorassi, representante da Itaipu Binacional, expôs a dificuldade de se construir uma proposta pedagógica para atender o Edital, e como a discussão sobre o Programa Político Pedagógico é esclarecedora. Sobre os obstáculos, ressaltou a falta de apoio político das Prefeituras, onde muitas vezes é necessário fazer um longo trabalho de convencimento sobre a importância do Projeto. Acredita assim que as Salas Verdes devam buscar formas de apoio diversificadas e que envolvam toda a sociedade.

Juliano Roberto, da Sala Verde de Canitar, mencionou a experiência do seu município, onde o poder público entendeu desde o início a importância da Sala Verde. Apontou que em Canitar a equipe pedagógica aposta na ousadia, fazendo EA em diversos espaços, não apenas em salas. Assim, por exemplo, naquele momento a Sala Verde estava oferecendo uma mini oficina sobre meio ambiente em uma tenda numa exposição agropecuária.

Érico Porto descreveu a experiência de uma Sala Verde instalada em uma Universidade, ressaltando as facilidades: estar localizada no mesmo prédio da Biblioteca Universitária, dispor de um acervo amplo, receber diversas doações (de fundações, fundos e entidades privadas). A Universidade disponibilizou a estrutura física e a equipe, mas o projeto foi construído em conjunto com a sociedade civil. São efetuadas atividades com escolas (apenas rede pública por enquanto), com o apoio de voluntários.

O grupo ainda apresentou outras considerações, sobre a dificuldade de conseguir pessoas capacitadas para promover oficinas e cursos e a mobilização de voluntários comprometidos.

A socialização de experiências possibilitou ao grupo a elaboração de propostas que possibilitem o fortalecimento do Projeto Sala Verde e a comunicação entre as Salas como requisito básico para a cooperação.

- Busca de apoio direto do Ministério do Meio Ambiente para o processo de formação nas Salas Verdes.
- Criação de um grupo de comunicação virtual para a troca de informações, de materiais e de experiências,
- Pesquisa conjunta sobre fontes de recursos para financiamento de projetos.
- Articulação de atividades entre Salas Verdes existentes em uma mesma região.
- A inclusão das Salas Verdes no grupo de discussão da Rede CEAs.
- A proposta de envolver as Salas Verdes no processo de integração das novas Salas (visitas às novas Salas, por exemplo, presença nas inaugurações, etc.)
- A realização do II Encontro das Salas Verdes em 2007.

Todas as propostas foram encaminhadas à plenária do encontro para discussão.

PARTICIPANTES POR OFICINA/GT

OFICINA DE METODOLOGIA E PLANEJAMENTO PARA CEAs

Ana Cristina Fernandes	Secretaria de Meio Ambiente/Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves
Antonildo Pereira Porto	SEMMAM/DEA/PMV
Arlete Fantuzzi Gomes	CEMA -Prefeitura Municipal de Jaguariúna
Beatriz Amorim	PMV - SEMMAM/CEA Fonte Grande
Cláudia Crystello Madeira	PMV - SEMMAM/DEA Parque Pedra da Cebola
Cristiane Andrade Felício	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/CEA Fazendinha
Eugênio José Agrizzi	CST
Ilona Grünewald	GTZ
Irene Vieira da Silva	SEMSE /PMV
Juarez M. Rodrigues	Escola Agrotécnica Federal de Ceres
Juliana Gerhardt	PMV - SEMMAM/CEA Fonte Grande
Katiuscia Gaia Padua Porto	PMV - SEMMAM/CEA Gruta da Onça
Laura Teodoro de Oliveira Funardy	CBMM
Luciano Vantorim	PMV -SEMMAM/DEA
Luiz Fernando Pena	Sala Verde / FUNEC
Mitsue M. Morigaki	SEMSE /PMV
Renata Lyrio	SEMMAM/DEA/PMV
Sheila Miranda Castro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/CEA Fazendinha
Suely Botti Nunes	CESAN
Vera Lúcia Bernabé	CST
Wilson de Souza	PMV -SEMMAM/CEA Fonte Grande

OFICINA DE REDES E FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS

Aleksandra M.V. Henriques	SEMMAM
Andrene Lemos Fernandes	UFES(RECEA)
Andressa Lemos Fernandes	UFES/RECEA
Angelo F. Dias	Onda Verde
Bruna Silva Santos	SEMMAM
Brunela de Alcântara Merigueti	UNIVIX-NEPA
Célia M. C. Bonilha	Onda Verde
Celso de Souza Clemente	Onda Verde

Déborah Munhoz	FIEMG/RMEA/REBEA/REDE CEAs
Deise Leonovich Costa	OCA/ESALQ – USP
Ednalva Moreira Lemos	CESAN
Flávia N. Ribeiro	UFES(RECEA)
Flávia Pires de Carvalho	CEPA-ALCOA
Gabriela de Almeida Grippa	UFES(RECEA)
Jacqueline Guerreiro	NEADIST/REARJ/REBEA
José Alberto Schweitzer	Vega do Sul
José Renato de Oliveira Pin	Prefeitura Castelo
Maria da Penha Oliveira	SEMMAM/PMV
Martha Tristão	UFES(RECEA)
Patrícia Mousinho	ECOMARAPENDI/REBEA
Polyanna Florindo	RPPN Florindo Vidas
Renata Rodrigues Gama	UNIVIX-NEPA
Rosiléia Aparecida Gollner	PMV/SEMMAM/DEA
Samira Salene Souza	FUNEC
Tatiane Oliveira de Freitas	Onda Verde
Tatiani Roland Szelest	Prefeitura de Alvorada

GT SALAS VERDES – DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

Adriana Cecato Plazzi	IEMA/GEA
Aidce de F. Tápias Oliveira	Instituto Portas Abertas
Alexandre Falcão Araújo	OCA/ESALQ/USP
Ana Luiza Figueiredo	MMA
Ana Santos	Sala Verde – Paulo Afonso
Bruna Conceição de Andrada	Onda Verde
Cláudio José Gabriel Menezes	CANP/UFF
Denise Lima Rabelo	IEMA/ES
Ellaine Christina Mofati	UFES/RECEA
Érico Porto Filho	Sala Verde-CGA-UFSC
Fábio Deboni	MMA/MEC
Fabio Valente Alves	PMV/Parque Fonte Grande
Gygyane Carla Ferraz de Oliveira	SENAC/BA
Helio Vanderlei Coelho Filho	Onda Verde

José Alberto Schweitzer	Vega do Sul
José Arnaldo dos Anjos Oliveira	Onda Verde/ Secretaria M.A Mesquita
Joubert Silveira Ribeiro	Sala verde-UNEC
Juliano Roberto da S. Raramilho	Prefeitura de Canitar
Luis Fernando Pereira Rodrigues	Onda Verde
Marcelina Andréia da Silva	Projeto Maria de Barro
Marcia Cristina Mazorco Ribeiro	Prefeitura Municipal de Cariacica/SEME
Márcia Martins Guerra	Caixa
Marco Aurélio L. Verdade	Prefeitura de Alvorada
Maria José de Sousa Holanda	SEMACE/CE
Mariana Dourado	MMA
Nilda Reis	Caixa Federal
Rosilene Oliveira da Silva	IEMA/ES
Sandra Graciele Pereira Diniz	SMMA/Prefeitura Municipal de Araguari
Silvana Vitorassi	Itaipu Binacional
Solange Deniz Oliveira Dango	Sala Verde – Paulo Afonso
Valdinete Paes Silva	Prefeitura Municipal de Aracajú
Valéria M. Mendonça Braga	Sala Verde Darcy Ribeiro
Viviane Pavan Vasconcellos	CESAN